

Tempo de Guerra e Tempo de Paz na Antiguidade Breves Considerações Historiográficas

Prof. Dr. Dominique Santos¹

Submetido em 04/2016

Aceito em 06/2016

RESUMO:

A temática da guerra é de fundamental importância para a compreensão das sociedades da Antiguidade, mas até que ponto podemos falar de uma “naturalidade” da guerra? Levando este problema em consideração, a discussão aqui apresentada está dividida em duas partes bem evidentes: primeiramente, dedicamos nossa atenção aos motivos que levaram alguns historiadores a aceitar a tese da guerra como algo “natural” e “comum” na Antiguidade. Logo após, analisamos o argumento oposto, o de que a guerra não era algo “comum” e “natural”, mas que, na Antiguidade, havia a preocupação de se evitá-la e também alerta o suficiente sobre os perigos de suas devastações. O objetivo deste artigo é perceber como estas duas teses aparecem na historiografia específica da área de História Antiga.

Palavras-chave: Guerra; Paz; História; Historiografia; Antiguidade.

ABSTRACT:

The theme of war is of vital importance for the understanding of ancient societies, but how far can we think about the war as something ‘natural’? Taking this problem into account, the following discussion is divided into two very evident parts: firstly, we devote our attention to the reasons that led some historians to accept the thesis of war as something ‘natural’ and ‘common’ in Antiquity. Then, we analyze the opposite argument, that the war was not something ‘ordinary’ and ‘natural’, but, in Antiquity, there was a concern to avoid it and also enough warning about the dangers of its devastations. This paper aims to understand how these two arguments appear in the specific historiography dedicated to Antiquity.

Keywords: War; Peace; History; Historiography; Antiquity.

Resumen: El tema de la guerra es de importancia fundamental para la comprensión de las sociedades antiguas, pero ¿hasta qué punto podemos hablar de una "naturalidad" de la guerra? Teniendo en cuenta este problema, la discusión aquí se divide en dos partes muy evidentes: primero, dedicamos nuestra atención a las razones que llevaron a algunos historiadores a aceptar la tesis de la guerra como algo "natural" y "común" en la antigüedad. Poco después, analizamos el argumento contrario, que la guerra no era "común" y "natural", sino que, en la antigüedad, había una preocupación para evitarla y también alertar lo suficiente acerca de los peligros de sus estragos. El propósito de este artículo es entender cómo estas dos tesis aparecen en la historiografía específica del área de Historia Antigua.

Palabras-claves: Guerra; Paz; Historia; Historiografía; Antigüedad.

¹ Professor de História Antiga na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau e Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais [www.furb.br/labeam]. E-mail: dvcsantos@furb.br. O artigo em questão foi possível graças ao projeto de pesquisa 667/2012, intitulado: Culturas, fronteiras e identidades: repensando a Antiguidade entre o Mediterrâneo e o Mar da Irlanda, subsidiado pela Propex/FURB.

O historiador italiano Arnaldo Momigliano em “*Some observations on causes of war in ancient historiography*” escreveu que os gregos aceitavam a guerra como um “fato natural”, assim como o nascimento ou a morte (MOMIGLIANO, 1966, P. 112-125). Outro que figura entre os principais defensores desta idéia é o francês Jean Pierre Vernant, que em “*Problèmes de la Guerre en Grèce Ancienne*” observa que a guerra era, para os gregos, parte do agôn, sendo assim, o que preside as relações humanas, algo comum e natural (VERNANT, 1999, P. 11-38). Esta linha de raciocínio também é compartilhada por um outro grande especialista no estudo da Antiguidade, trata-se de Moses Finley que afirma que não havia no mundo antigo uma condenação específica de se atingir determinado objetivo por meio da guerra, desta maneira, a violência era inerente ao funcionamento daquelas sociedades (FINLEY, 1985, p. 67-87). Adrian Goldsworthy, em sua obra, já traduzida para o português, “*Generais Romanos- os homens que construíram o Império Romano*”, interpreta da mesma maneira, ele afirma, mencionando o exemplo dos romanos, que para estes a guerra parecia ser uma prática inevitável, uma vez que estava diretamente associada ao expansionismo territorial. O autor nos lembra que o Império Romano, afinal, foi criado e mantido por meio do exército, sendo seus generais figuras fundamentais neste processo (GOLDSWORTHY, 2007).

É possível encontrar recorrências a estas idéias também na historiografia brasileira. José Geraldo Costa Grillo e Pedro Paulo Abreu Funari, por exemplo, discutem em um artigo, de forma bastante interessante, alguns posicionamentos relacionados com a historiografia na Antiguidade, especialmente com o recorte específico da Grécia Antiga (GRILLO e FUNARI, 2010, p. 14-20). Os autores sintetizam algumas mudanças pelas quais o estudo da guerra na Grécia Antiga passou nas últimas décadas. O mapeamento feito por eles aborda desde a reunião dos principais temas da historiografia militar da Grécia Antiga feita por Raoul Lonis (1985) e a ampliação destas possibilidades levada adiante por Pierre Ducrey (1997; 1999), que situou as pesquisas sobre a guerra no conjunto das disciplinas envolvidas, sobretudo História Antiga e Arqueologia, até reflexões mais recentes elaboradas por diversas tradições historiográficas (inglesa, francesa, neerlandesa) e produzida por vários autores (John Keegan, Victor Davis Hanson, Yvon Garlan, Simon Hornblower et al.). Estas interpretações atuais adotaram novas orientações e passaram a estudar novos temas, tais como as relações de gênero, identidades e subjetividades, indivíduo, a violência etc,

para citar alguns exemplos mencionados pelos próprios autores (GRILLO e FUNARI, 2010, p. 14-20). Segundo eles, inúmeras destas mudanças de foco e interpretação estão relacionadas com acontecimentos modernos (Tais como: guerra do Vietnã e da Bósnia), que fizeram com que os classicistas repensassem a maneira de estudar os fenômenos bélicos na Antiguidade. Sem dúvida, trata-se de uma síntese interessante e de leitura obrigatória. Porém, no que diz respeito à menção sobre a naturalidade ou não da guerra, a presença invocada é a já mencionada de Jean Pierre Vernant, segundo quem, como já vimos, para os gregos da época clássica, “a guerra era natural”, a paz significava perda de tempo na trama dos conflitos (GRILLO e FUNARI, 2010, p. 14-20).

É uma questão complexa, pois, seja no Egito, na Mesopotâmia, entre Gregos, Romanos, ou Celtas, no período da Antiguidade a guerra estava presente na vida cotidiana dos homens e mulheres. Grande parte dos nomes que aparecem nos livros de História Antiga eram personagens ligados de alguma forma à guerra: César; Alexandre, o Grande; Aníbal; Trajano; Vercingetórix e Boudica são alguns exemplos. Da mesma maneira, inúmeros autores escreveram sobre a guerra, de Aristóteles a Políbio, de Suetônio a Tácito. A temática da guerra é de fundamental importância para a compreensão das sociedades deste período da história da humanidade, mas podemos falar de uma “naturalidade” da guerra? Este era o estágio “natural” para os povos da Antiguidade? Ou seja, uma situação inerente ao cotidiano, a ponto de as pessoas viverem esperando pela guerra, algo inevitável, a ponto de haver mais preocupação com as maneiras de se comportar quando este tempo chegasse do que com a própria paz? Isto é o que abordamos a seguir.

A discussão que encaminhamos encontra-se dividida em duas partes bem evidentes: primeiramente, dedicamos nossa atenção aos motivos que levaram alguns historiadores a aceitar esta tese da guerra como algo “natural” e “comum” na Antiguidade. Neste momento, no desejo de compreender melhor o papel da guerra neste tipo de sociedade, tão distante de nós no tempo, mas capaz de nos permitir refletir sobre nossas próprias questões por meio de um questionamento identitário baseado na relação do eu com a alteridade, apresentamos, de forma sistemática, alguns indícios de como a guerra era pensada; logo após, observamos o argumento oposto, o de que a guerra não era algo comum e natural, que, neste período que nos acostumamos a chamar de Antiguidade, também havia a preocupação de se evitá-la e há alerta o suficiente sobre os perigos de suas devastações, ou seja, a paz é a vontade que prevalece. Assim, se por um

lado a guerra era uma constante na vida das sociedades antigas, por outro, de acordo com os debates mais recentes na historiografia específica da área, não podemos afirmar com certeza que ela era algo natural no mundo antigo.

Da “naturalidade” da guerra nas sociedades antigas

No geral, encontramos muita insistência nesta “naturalidade” da Guerra no mundo antigo. Victor Davis Hanson, por exemplo, explica que, seguindo teorias da Antropologia, em especial o estruturalismo corrente nos anos 60 na França, Vernant, P. Vidal-Naquet e Y. Garlan sistematizaram estudos que apontavam para uma visão antropológica da guerra, que influenciaria Finley e seus seguidores, que escreveram sobre a guerra em termos de culto, ritual, psicologia, gênero etc. Estes estudos acabarão por corroborar a tese de que a guerra, principalmente para os gregos, era um estado “normal” ou “natural” e estava presente em todas as esferas sociais, visão sustentada por Vernant, que é um dos principais expoentes desta tese (HANSON, 2007, p. 273-299).

No que diz respeito a Garlan, ele sustenta que o homem grego foi mesmo belicoso e que isso se pode demonstrar com facilidade. O autor recorre ao fato de que a Atenas clássica esteve em guerra durante mais de dois anos em três e que nunca conheceu a paz durante dez anos seguidos. Assim, a paz pode ser entendida como uma espécie de “trégua prolongada, sendo a exceção e não a regra”. O autor lembra ainda que só a guerra parece ser um assunto verdadeiramente digno de memória para os historiadores gregos, na vida diária ela é uma preocupação constante para os cidadãos e a todos os níveis e em todos os campos se afirma o predomínio do guerreiro. Apesar de podermos encontrar reflexões sobre a paz desde Homero até finais da época helenística, Garlan afirma que ela é apenas “o ponto de chegada que coroa os feitos dos guerreiros”, tal concepção não contradiz a necessidade e a grandeza da guerra, ao contrário, a justifica, atribuindo-lhe como fim último a felicidade (GARLAN, 1994, p. 47-74).

O historiador brasileiro Marcos Alvito afirma que a belicosidade era vista como parte integrante da sociedade humana, um meio “natural” de aquisição de bens no mundo antigo, assim como a caça ou a agricultura, por exemplo (ALVITO, 1988). É a mesma opinião de alguns dos autores já mencionados. Para sustentar sua argumentação sobre a “naturalidade da guerra”, Alvito recorre a Heródoto. O trecho escolhido é bastante mencionado, trata-se de uma parte da narrativa do historiador grego em que ele

descreve o conselho que o rei Croisos dá ao rei persa Cyros, quando este estava preocupado com a possibilidade de os lídios se revoltarem. Segue o trecho, tal qual mencionado por Alvito:

manda proibí-los de possuir armas de guerra, e ordena-lhes que usem túnicas sob seus mantos e calcem botas, que ensinem seus filhos a tocar cítara e outros instrumentos de cordas, e que tenham lojas. Então, rei, dentro de pouco tempo vê-lo-ás transformados em mulheres em vez de homens e já não terás receios de sua rebeldia (Heródoto, I, 155)²

Alvito interpreta a passagem acima como uma incitação aos valores da guerra, única capaz de forjar homens e estimular as virtudes necessárias aos mesmos. Em sua obra, ele acentua o fato de que o ato de “tocar cítara e outros instrumentos de corda” transformará os homens em “mulheres”, uma metáfora para enfatizar que não mais serão dados à guerra, mas a outras atividades, assim não mais serão rebeldes. Em outro momento, Alvito utiliza a religião e sua relação com a guerra como forma de defender sua tese de que a guerra era algo natural para os gregos. O autor lembra que as divindades guerreiras não sofriam concorrência daquelas ligadas à paz, da mesma maneira, “os oráculos jamais recomendavam a paz, mas a guerra (ALVITO, 1988). Seguindo a mesma concepção de Garland, Alvito também afirma que a paz era apenas um “intervalo entre as guerras” e lembra o fato de que é comum encontrar na literatura antiga trechos falando da paz “sempre acompanhada de um intervalo de tempo”. O autor se baseia em Heródoto, Tucídides, Xenofonte e Políbio, narrativas que estão centradas no conflito, para insistir neste argumento de naturalidade bélica. Voltaremos a obra de Alvito mais adiante, na segunda parte de nossa reflexão.

Entre os celtas, a guerra também é uma questão importante e sempre mencionada pelos historiadores, alguns deles tratam o tema como algo comum, relacionado ao cotidiano, as vezes natural. T.G.E. Powel, por exemplo, apresenta uma série de características ligadas à guerra comuns aos homens desta sociedade, ele deve ser valoroso nas armas e grandioso em proezas militares, além de ser um exímio cavaleiro (POWELL, 1965). De fato, encontramos subsídios para estas interpretações,

² O fragmento ao qual Alvito se refere é especificadamente o trecho entre a linha 18 da parte 155 e a linha 1 da parte 156 do Livro I das Histórias de Heródoto. Segue o texto em grego: ἄπειτε μὲν σφι πέμψας ὄπλα ἀρήια μὴ ἐκτῆσθαι, κέλευε δὲ σφεας κιθῶνάς τε ὑποδύνειν τοῖσι εἴμασι καὶ κοθόρνους ὑποδέσθαι, πρόειπε δ' αὐτοῖσι κιθαρίζειν τε καὶ ψάλλειν καὶ καπηλεύειν παιδεύειν τοὺς παῖδας· καὶ ταχέως σφεας, ὧ βασιλεῦ, γυναῖκας ἀντ' ἀνδρῶν ὄψει γεγονότας, ὥστε οὐδὲν δεινοὶ τοι ἔσονται μὴ ἀποστέωσι.

elas estão também na arqueologia, principalmente nas sepulturas célticas, nas quais foram encontrados espadas, escudos e até carros de guerra. Na literatura irlandesa, que alguns, como o próprio Powel, chamam de “céltica insular”³, também temos inúmeros exemplos assim, como as narrativas mitológicas sobre o maior de todos os heróis guerreiros, Cú Chulainn, da epopéia irlandesa *Tain Bó Cuainlge*. Conta-se que sabendo que ia morrer em breve, Cú Chulainn amarrou-se em uma pedra fitando o campo de batalha ao horizonte para aterrorizar os inimigos e que mesmo depois de morto, ninguém ousava se aproximar, isto sendo feito apenas depois que corvos começaram a pousar sobre seu corpo para comer-lhe as carcaças.

No caso dos Celtas, boa parte do que é dito sobre eles nos relatos que gregos e romanos fizeram se concentra no quesito bélico. Para os autores clássicos, o guerreiro celta marcou forte presença no imaginário, ele é sempre mencionado por sua coragem e certa indiferença perante a morte. Uma olhada rápida em Políbio ou nos Comentários sobre as Guerras Gálicas de Júlio César pode dar uma idéia do “terror” que gregos e romanos sentiam diante dos Celtas. Estrabão (Geografia IV, 4.2) também é um bom exemplo, ao fazer referência aos Celtas, os representa como um povo que é “afixionado pela guerra”⁴. O fato é que desde a literatura clássica há associações entre os celtas e a guerra. O que os historiadores fizeram foi acatar e reproduzir estas menções, esquecendo-se de outras referências.

Com relação à Roma, Adrian Goldsworthy relata que a guerra desempenhou um papel fundamental, garantiu o sucesso militar e era a responsável pela manutenção do império. Ela começou em pequena escala, se constituía, sobretudo, em pequenos roubos de gado e a maioria dos líderes romanos eram como chefes guerreiros. O autor os compara com os modelos dos heróis da Ilíada de Homero. O ideal era correr à frente e lutar contra os chefes inimigos na frente de todos (GOLDSWORTHY, 2007, P. 23). À medida que Roma cresceu em população, cresceu também a escala das guerras. Com o tempo, começou-se a combater em uma compacta formação, a falange. A seguir, a República Romana, que continuou crescendo, derrotou etruscos, samnitas e a maioria dos povos da Península Itálica, já em tempos das famosas legiões (GOLDSWORTHY,

³ A terminologia “celta” para se referir à Irlanda do período da Antiguidade e/ou Medievo é problemática. Já faz algum tempo que historiadores irlandeses de períodos mais recentes preferem evitá-la. Uma discussão mais aprofundada dos motivos para tal e mais detalhes sobre o uso dos termos relacionados com a nomenclatura “Celta”, podem ser vistos em: SANTOS, Dominique (2013) e BONDIOLI, Nelson (2013).

⁴ Segue fragmento completo em grego: Τὸ δὲ σύμπαν φῦλον, ὃ νῦν Γαλλικόν τε καὶ Γα-λατικὸν καλοῦσιν, ἀρειμάνιον ἔστι καὶ θυμικόν τε καὶ ταχύ πρὸς μάχην, ἄλλως δὲ ἀπλοῦν καὶ οὐ κακότηες.

2007, P. 25). Um dos mais importantes atributos da guerra romana era a *uirtus*, lembra o autor, que incluía as mais importantes qualidades marciais, não só a coragem física e a habilidade com armas, mas também a moral e outros dons (GOLDSWORTHY, 2007, P. 28). Goldsworthy segue afirmando que a guerra e a política estavam ligadas de forma indissolúvel em Roma, a glória militar ajudava na carreira política. Os romanos se envolveram em guerras com praticamente todo o mundo conhecido, da fronteira com os bárbaros do norte da Europa até o oriente. Desta forma, a guerra, senão uma naturalidade, pelo menos um fato corriqueiro na vida da sociedade romana, seja nos períodos de guerra civil, seja nas lutas contra povos estrangeiros (GOLDSWORTHY, 2007, P. 29-30).

Para alguns historiadores, os romanos eram mais afixionados pela guerra que os gregos, J. E. Lendon, por exemplo, chega a caracterizar os romanos como tubarões e os gregos como golfinhos, ambos predadores, mas com suas diferenças. Entre os gregos, a guerra seria uma espécie de opção, poder-se-ia exercer outras artes ou habilidades, fazer outras escolhas, entre os romanos não, a guerra era o fundamento do respeito próprio masculino, a “escolha” romana era ou a guerra ou a desgraça. Ainda, um cidadão grego poderia colocar mercenários para guerrear em seu lugar, já os romanos não, a *uirtus* era a honra máxima a ser adquirida, era o que caracterizava as legiões, seja no desastre ou no triunfo (LENDON, 2007).

Yvon Garlan afirma que na vida comum era possível adiar uma guerra, mas não evitá-la, não era possível escapar das guerras, por isso elas estavam no centro da historiografia. Segundo ele, a causa de uma guerra poderia ser a obediência à vontade divina, a vingança das ofensas sofridas, motivos propriamente políticos, ou ainda, e de acordo com Platão (Sofista 222c), o desejo de adquirir bens, como a aquisição de escravos, mesma explicação a qual recorria Aristóteles, lembra o autor (GARLAN, 1994, p. 47-74).

No Egito faraônico a presença de prisioneiros de guerra entre a população também é constante. Quando Antonio Loprieno aborda a questão, a retoma desde o Reino Antigo, pois segundo ele, desde o governo de Seneferu há evidências de expedições para a Núbia e a Líbia com o propósito de capturar pessoas para realizar trabalhos forçados, incluindo a participação militar, no idioma egípcio elas eram categorizadas como *skrw-‘nh* (atadas para a vida). Inúmeros asiáticos foram trazidos para o Egito como resultado de campanhas militares, sendo considerados espólios de

guerra, defende o autor (LOPRIENO, 2012, p. 1-19). Já Anthony J. Spalinger pondera que não havia no Reino Antigo uma política imperialista e que nenhuma expansão geográfica foi detectada. Segundo ele, apesar dos ataques dos egípcios a inimigos estrangeiros, retratados em fontes como a Pedra de Palermo, as expedições que alcançaram as terras ao sul da Líbia tinham como objetivo principal a extração de minério e de pedras e o transporte de bens e não o de fazer guerras, mesmo as expedições empreendidas por Quéops e Djedefre não eram campanhas militares (SPALINGER, 2010). Assim, Spalinger concorda com a presença de estrangeiros empreendendo trabalhos forçados no Egito na qualidade de prisioneiros de guerra, mas tem preferido enfatizar esta participação no Reino Novo, uma tônica de suas interpretações, que observamos também em obras anteriores, em que todas as suas investigações estão voltadas para este período da história egípcia (SPALINGER, 2005).

No Brasil, algumas análises sobre esta questão também se concentram no Reino Novo, preterindo explicações como as de Loprieno. As razões apontadas são relacionadas ao fato de que esta parte da História do Egito Antigo representa o auge de sua expansão e desenvolvimento bélico. Nely Arrais, por exemplo, aponta o Reino Novo como uma fase de intenso expediente militar. A autora afirma que evidências destas atividades bélicas podem ser encontradas, por exemplo, nas descrições sobre a tomada de Avaris presentes na biografia de Ahmés, um documento que tem sido amplamente utilizado pela historiografia que trabalha com esta temática da guerra (ARRAIS, 2011). Observação semelhante é feita por Ciro Flamarion Cardoso, que afirma que os inúmeros prisioneiros de guerra feitos no estrangeiro eram usados nas minas, nos trabalhos rurais, para serviços domésticos, dentre outras finalidades (CARDOSO, 1984).

No Egito Antigo, fazer guerra contra os tradicionais inimigos do reino era uma prerrogativa política e religiosa do cargo de faraó. Até mesmo em reinados considerados “pacíficos”, há registros biográficos com retratações do faraó em cenas de vitória militar, ou recebendo tributos e massacrando prisioneiros. Como estas questões tem sido pensadas e que ênfases tem sido dadas a estas representações é algo em disputa, como acabamos de ver, e que precisaria ser alvo de investigações mais específicas. No entanto, é possível afirmar que, se não desde os tempos das primeiras dinastias (Loprieno), pelo menos a partir do Reino Novo (Spalinger), a historiografia tem apontado para a importância da guerra. Porém, o quão importante era esta atividade para

os egípcios, ou mesmo se tratava-se de um fenômeno natural, a ponto de que sua ausência poderia comprometer a administração farônica, sobretudo por causa de uma diminuição considerável no número de pessoas trazidas do estrangeiro para realizar trabalhos forçados no Egito, o que poderia prejudicar algumas atividades de caráter econômico, depende da interpretação conferida à documentação.

Quando observamos o exemplo da Mesopotâmia, também notamos que a guerra estava muito intimamente ligada aos mais profundos papéis sociais e culturais. A assirióloga Zainab Bahrani, uma das maiores especialistas na área, explica como os monumentos de guerra eram utilizados durante os conflitos na Mesopotâmia. Segundo ela, a cidade de origem era o principal fator de identidade para aquelas sociedades, cada uma das cidades mesopotâmicas era protegida por uma divindade tutelar, a destruição ou remoção da estátua desta divindade do templo inimigo, então, era uma das piores formas de ataque simbólico. A autora explica que quando a estátua da divindade protetora da cidade era retirada do templo era como se ela estivesse exilada. Para o vencedor, isto significava a confirmação da vitória pela divindade, uma anulação da identidade local pelos invasores estrangeiros (BAHRANI, 2008, p. 159-182).

Seja para o uso de escravos e mercenários; por questões políticas inerentes à cidade; no que diz respeito aos assuntos relacionados com a fronteira romana, que não era uma linha fixa e definida, mas algo amorfo e de conflito de identidades; pelos manuais militares disponíveis, como os exemplos de Polieno e Frontino, dos quais temos uma proposta de tipologia elaborada em língua portuguesa por Raul Peixoto (PEIXOTO, 2011); seja uma guerra com um caráter, sobretudo defensivo, como as que eram desenvolvidas na Babilônia nos tempos mais difíceis, como já nos mostrava Pierre Lévêque (1990), a guerra era algo fundamental nas sociedades antigas. Resta saber se ela era algo “comum” e “natural”, como querem alguns, ou não. Passemos agora, então, à segunda parte de nossa reflexão.

Da guerra como exceção, algo evitável e até mesmo indesejável nas sociedades antigas

Apesar dos inúmeros indícios que mencionamos na primeira parte deste artigo, também podemos perceber na literatura antiga trechos nos quais a guerra não era nem glorificada e nem vista como um fim em si mesmo, pelo contrário, vários autores

antigos manifestam uma desaprovação a ela ou enfatizaram suas mazelas. No entanto, vários historiadores preferiram se concentrar nos documentos que exaltam as atividades bélicas. Todavia, é possível encontrar inúmeros trechos de escritores antigos preocupados com esta questão, e temerosos diante das dificuldades causadas pela guerra. Um exemplo disto é Políbio (3.4.10.1/.5), que afirma que “Nenhum homem de bom-senso entra em guerra contra seus vizinhos para esmagar um adversário, da mesma forma que ninguém singra os mares somente para atravessá-los (...)”⁵; aqui voltamos novamente à obra de Alvito, conforme prometemos, para também lembrar Heródoto. Pois, da mesma forma, raciocínio semelhante a este de Políbio pode ser encontrada nos escritos do historiador de Halicarnaso. Se prestarmos atenção ao fragmento do Livro I.87.17/19, por exemplo, podemos ver o mesmo Croisos, de quem Alvito mencionou o conselho bélico de como “transformar homens em mulheres ensinando-os a tocar cítaras para que os mesmos não se revoltem”, conforme apresentamos na primeira parte deste artigo, dizendo também que: “ninguém é tão insensato a ponto de desejar mais a guerra do que a paz, pois na paz os filhos sepultam os seus pais, mas na guerra os pais sepultam os filhos”⁶. Vamos ver, então, algumas intervenções historiográficas sobre esta questão.

Considerando a documentação antiga, a historiografia mais recente tem estudado a guerra em consonância com a paz e, em algumas ocasiões, mostrado que interpretações que sustentam uma preferência pela paz são igualmente possíveis. Talvez isto seja fruto do desejo presente de uma sociedade mais pacífica e diplomática, do que belicosa, sentimento causado pelos efeitos traumáticos das várias guerras do século passado. É perceptível uma mudança de direção. É este o caso da obra “*War and Peace in the Ancient World*”, editada por Kurt A. Raaflaub, por exemplo. O autor afirma que apesar das sociedades antigas, em todos os lugares, serem frequentemente ameaçadas pelas guerras, destruição e morte, há os que ansiavam por paz. Apesar de em muitos casos não termos a oportunidade de analisar estes testemunhos, seja por não termos evidências diretas ou pelo fato dos textos refletirem apenas a perspectiva das elites (RAAFLAUB, 2007, P. 13), há oportunidades em que os documentos nos mostram fragmentos nos quais o que prevalece é a paz. O próprio Raaflaub, que é um dos

⁵ Segue fragmento em grego: οὔτε γὰρ πολεμεῖ τοῖς πέλας οὐδεὶς νοῦν ἔχων ἔνεκεν αὐτοῦ τοῦ καταγωνίσασθαι τοὺς ἀντιταττομένους, οὔτε πλεῖ τὰ πελάγη χάριν τοῦ περαιωθῆναι μόνον.

⁶ Segue fragmento em grego: Οὐδεὶς γὰρ οὔτω ἀνόητός ἐστι ὅστις πόλεμον πρὸ εἰρήνης αἰρέεται· ἔν μὲν γὰρ τῆ ὀί παῖδες τοὺς πατέρας θάπτουσι, ἔν δὲ τῶ ὀί πατέρες τοὺς παῖδας.

principais representantes deste viés interpretativo na historiografia recente, aponta diversos indícios desta natureza. Vamos ver alguns dos exemplos reunidos por ele em sua obra.

O primeiro deles é a terminologia. Se olharmos para palavras e conceitos, como *Pax*, em Roma, e *Eirene*, na Grécia, teremos algumas pistas. O autor nos lembra, por exemplo, dos constantes lamentos provocados por situações belicosas, algo que, segundo ele, pode ser encontrado em toda a literatura antiga, das sociedades da Mesopotâmia até Homero. Raaflaub afirma que estas sociedades tinham divindades tanto para a guerra como para a paz. Se os romanos, por exemplo, se viam como descendentes do deus Marte, da guerra, os gregos, por sua vez, reservavam a pior reputação ao seu deus da guerra, Ares. Raaflaub relembra o trecho da *Ilíada* (5.761) em que Homero descreve esta divindade como “um maníaco que nada sabe de justiça” (RAAFLAUB, 2007, P. 13).

Outro fator que Raaflaub nos apresenta é o exame dos rituais, importantes para compreender o significado da paz. Estes rituais serviam para separar a guerra e a paz, para garantir o apoio dos deuses no caso de alguma guerra se fizer necessária, para evitar a guerra, e ainda mais importante, levando em consideração este segundo tópico de nossas observações: para preservar a paz. O autor lembra referências desta natureza em Eurípedes e Tucídides e que em Roma, de igual modo, cada ação relacionada com a guerra era acompanhada dos devidos rituais de sacrifício e consulta das divindades (RAAFLAUB, 2007, P. 16-17).

Segundo o autor, também encontramos vários esforços para evitar a guerra, seja por intimidação ou diplomacia. Ele lembra da intimidação usada para estes propósitos entre os Persas, quando um de seus reis enviou embaixadores aos inimigos pedindo “terra e água” como símbolos de submissão. Raaflaub também lembra que os Assírios costumavam decorar as paredes de onde recebiam os embaixadores estrangeiros com ilustrações mostrando os detalhes de sua “crueldade” para com as cidades que se revoltavam (RAAFLAUB, 2007, P. 17). Este exemplo mencionado pelo autor possui paralelo também na sociedade irlandesa, encontramos este mesmo formato de intimidação, por exemplo, nos contos da tradição relacionada ao *Tain Bó Cuainlge*, nos quais o carro de guerra do herói irlandês Cú Chulainn é representado com enormes lâminas em suas rodas, e dezenas de crânios anexados com o objetivo de mostrar o que ocorria com os inimigos derrotados, uma forma de dizer a eles que o melhor que

poderiam fazer seria evitar a guerra, de modo a não sofrer suas consequências. Retornando a obra de Raaflaub, ele nos lembra que os próprios poemas Homéricos são repletos de alusões à diplomacia como tentativa de resolver os conflitos antes que eles virassem guerras (RAAFLAUB, 2007, P. 18).

Outras formas de se evitar a guerra lembradas pelo autor são a aliança e o julgamento. Aqui, a ênfase de Raaflaub recai sobre os diversos casos de “terceira posição”, em que alguém mediava o conflito entre dois personagens, ou uma terceira cidade-estado fazia a mediação entre duas outras que estavam envolvidas em alguma disputa. O autor afirma que, devido ao alto prestígio da autoridade religiosa no mundo grego, o oráculo de Delfos promovia princípios de moderação até mesmo no que diz respeito à guerra. Outro artifício usado para se conseguir a paz era o lúdico. Os jogos, tanto os chamados Olímpicos como outros eram fundamentais para estes propósitos. Em sua obra, Raaflaub mostra que muitos representantes de cidades gregas se encontravam nestas ocasiões para tentar estabelecer negociações em território neutro (RAAFLAUB, 2007, P. 18).

Kurt Raaflaub ainda menciona outros três fatores relacionados com a manutenção da paz. Primeiramente, a tentativa de se garantir uma causa justa no julgamento entre as duas partes envolvidas no conflito, o que garantiria o apoio divino caso a guerra realmente acontecesse. O autor nos lembra, por exemplo, recorrendo a Tucídides (1.140-141, 144-145), que na primeira fase da Guerra do Peloponeso, os atenienses argumentavam que a justiça e os deuses estavam ao seu lado porque ofereceram à Esparta um tratado lhes possibilitando um árbitro ao conflito e isto foi rejeitado por eles, o que impossibilitaria-lhes qualquer apoio divino (RAAFLAUB, 2007, P. 19). De igual modo, recorrendo a Tito Lívio (1.32), Raaflaub afirma que, em Roma, nos fins da República, os romanos argumentavam que conquistaram seu império sob o conceito de guerra justa (*bellum iustum*), algo que, segundo o autor, a historiografia moderna chama de “imperialismo defensivo”; Em segundo lugar, o esforço para restaurar a paz, presente em diversos momentos, principalmente na *Ilíada* (3.67), sustenta Raaflaub; Por fim, o cuidado para fazer com que a paz seja estabilizada, exemplo que o autor encontra entre Egípcios, Astecas e Chineses (RAAFLAUB, 2007, P. 21).

Foi guiado por esta problemática relacionada com a importância da paz para as sociedades da Antiguidade que Simon Hornblower resolveu escrever sobre dois

paradoxos da guerra. Segundo ele, ao mesmo tempo que a literatura antiga manifesta não gostar da guerra, ela é fascinada por ela (primeiro paradoxo); outro problema é que a proeminência da guerra é desproporcional à frequência da mesma (segundo paradoxo). Para ele, nem para os gregos e nem para os romanos a guerra era algo “natural”. O que os vitoriosos comemoravam eram seu próprio triunfo, não a guerra em si. Simon argumenta que se recorrermos às evidências não-literárias encontraremos uma variedade de caminhos institucionalizados como formas de se evitar o conflito armado (HORNBLLOWER, 2007, P. 22-53). A literatura é consultada por ele mais no sentido de avaliar os problemas, saber até que ponto estas obras são confiáveis, uma vez que, em sua opinião, apresentam muitas vezes um caráter essencialmente retórico e tendencioso. O autor acredita que tanto a sociedade grega como a romana eram sim “militares”, mas não “militaristas”.

Esta é uma importante diferença para os propósitos da obra em questão. Hornblower explica a questão da seguinte maneira: uma sociedade “militarista” é aquela que vive “exclusivamente da guerra”. Neste tipo de sociedade, os cidadãos do sexo masculino gostam da guerra como uma finalidade em si mesma. O contraste seriam sociedades que tinham uma “visão instrumental da guerra”, ela só tinha sentido para objetivos específicos e determinados. Nas sociedades “militaristas”, as instituições militares determinam as civis, nas não militaristas, o civil é o modelo dominante. O autor acredita que este viés militarista não é o caso, por exemplo, de Gregos, Macedônios ou Romanos (HORNBLLOWER, 2007, P. 22-53).

O autor afirma que é comum encontrarmos na historiografia sobre a Grécia Clássica menções ao fato de que os atenienses estavam em guerra em uma média de dois anos em cada três, como já mostramos na primeira parte. Uma resposta que ele dá a esta questão, é que Atenas era um caso atípico, pois, neste período, um povo imperial e notoriamente interventor nas situações de outras póleis e que sua literatura enfatiza esta questão. Assim, enquanto as obras dos atenienses Tucídides e Aristófanes são repletas de guerras, Argos, por exemplo, não mencionada, estava em paz e prosperidade por 30 anos, a partir de 451, enfatiza o autor. Desta forma, é possível afirmar que se os gregos escreveram tanto sobre a guerra não é porque gostavam dela, é justamente o oposto (HORNBLLOWER, 2007, P. 23).

Este argumento de Hornblower sobre a maneira como guerra e paz eram vistas em Atenas e Argos é muito importante, pois está em confluência com as principais

discussões feitas na historiografia que trabalha a questão da cidade-estado na Antiguidade, que, além de evidenciar semelhanças entre cidades gregas, também estuda as diferenças entre elas. Pedimos o leitor a sua compreensão para uma pequena digressão que nos afasta por três parágrafos da temática da guerra em si, pois é preciso uma breve consideração sobre a “cidade-estado” antiga.

No atual estágio dos estudos empreendidos em História Antiga no Brasil, não faz mais sentido referências generalistas, que reúnem todos os “gregos”, ontologizando-os, referindo-se a eles como se fossem uma única entidade coletiva, como se a situação encontrada em uma pólis fosse igualmente válida para todas as outras. Um dos que fazem advertências neste sentido é o historiador brasileiro Norberto Luís Guarinello. Em alguns de seus textos mais recentes, ele ressalta que há três conceitos fundamentais na historiografia para se compreender a cidade antiga: pólis, cidade-estado, e cidade antiga. Embora eles sejam conceitos distintos, na maioria das vezes são usados como sinônimos. Ou seja, a compreensão do conceito de pólis é polissêmico, muda de texto para texto nas próprias fontes gregas. O autor ressalta que pólis pode aparecer significando “fortaleza ou acrópole”, “centro urbano”, “conjunto de cidadãos”, “o conjunto de cidadãos, a partir do período helenístico, habitantes do mesmo território submetido à mesma lei” etc (GUARINELO, 2003, 2005, 2006, 2009).

Morgens Hansen também nos mostra a complexidade que a palavra pólis tem. Ela aparece cerca de 11.000 vezes nos documentos do período arcaico e clássico, com diferentes significados, geralmente em torno de dois grandes eixos: assentamento e comunidade. Quando pensada enquanto um assentamento, pólis aparece como sinônimo de “acrópolis”, um pequeno assentamento fortificado em eminência, sinônimo de “asty”, significando simplesmente uma cidade, e ainda como sinônimo de “ge” ou “chora”, ou seja, um território junto com seu entorno; Já quando pólis é pensada como uma comunidade, ela é usada como sinônimo para “politai”, os cidadãos adultos do sexo masculino, “ekklesia” ou “demos”, a assembléia da cidade ou outra instituição política, ou como sinônimo de “koinonia”, a comunidade política em um sentido mais abstrato. Também é importante ressaltar que uma pólis podia ser uma democracia (Atenas), uma aristocracia (Esparta), ou uma tirania (Sicília), por exemplo. Hansen lembra também que Atenas era apenas uma entre 1,500 póleis, e em muitos aspectos era anômala (HANSEN, 2006).

Uma excelente reflexão sobre esta temática é a obra de Kostas Vlassopoulos (2007), em que o historiador analisa vários destes problemas. O próprio Hansen lidera investigações assim no *Kopenhagen Polis Centre*, na Dinamarca, que trabalha exaustivamente estas questões; é o mesmo esforço feito no Brasil por Maria Beatriz Borba Florenzano e os membros do Labeca, laboratório de Estudos sobre Cidade Antiga, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Ou seja, trata-se de fato de um conceito muito complexo. É em consonância com toda esta discussão que Hornblower invoca estas diferenças entre as cidades de Atenas e Argos para analisar a questão da guerra e da paz entre elas. Ou seja, é preciso considerar a especificidade de cada cidade grega para falar da temática da guerra e não se concentrar apenas no exemplo de Atenas ou Esparta, as que ocupam a maior porcentagem dos discursos historiográficos sobre o tema.

Hornblower segue em suas explicações sobre as referências literárias acerca da guerra e da paz. Segundo o autor, se há tantas referências sobre a guerra na literatura, isto ocorre simplesmente porque a guerra, assim como outras questões, eram um fato da vida, mas de forma alguma isso significa que elas eram algo “comum” ou “natural”, ou mesmo que os gregos “gostavam dela”. Assim, Hornblower mostra que mesmo se aceitássemos a guerra como algo “normal”, ainda é preciso ressaltar dois pontos: o fato de que as atividades não relacionadas à guerra, ou seja, outros fatores da vida em sociedade na Grécia Antiga, também preocuparam os gregos, em alguns momentos até mesmo mais do que a guerra; e o fato de que há inúmeras formas de se evitar um conflito (HORNBLOWER, 2007, P. 24).

Este segundo ponto é mais enfatizado por Simon Hornblower. Segundo ele, há uma gama de alternativas no sentido de evitar a guerra que preocupavam os antigos, e se praticamente quase toda a literatura antiga silencia sobre este ponto, é tarefa do historiador recorrer às inscrições para solucionar este impasse. Hornblower afirma que os principais meios de solução destes conflitos são: juízes estrangeiros e outras formas de julgamento inter-estados, diplomacia real e instituições federadas. Hornblower ainda lembra que argumentos desta natureza estão disponíveis desde 1970, quando Louis Robert, em uma obra sobre epigrafia grega, apresentou este sistema de julgamento, no qual árbitros estrangeiros da pólis C eram formalmente convidados para resolver disputas entre as Poleis A e B (HORNBLOWER, 2007, P. 25-26). Desta maneira, o autor não aceita a idéia que apresentamos na primeira parte do estudo, da “naturalidade”

da guerra, como algo plausível. Para ele, os gregos, em qualquer período, não viam a guerra como um estado “normal” ou “natural”, discordando, assim, da visão de Jean Pierre Vernant (HORNBLLOWER, 2007, P. 27).

Segundo Hornblower, apoiando-se nas reflexões desenvolvidas também por Hans Van Wees (2007, P. 273-299), a passagem de Platão que mostra que os gregos estavam permanentemente em guerra (Leg. 626a) é puramente teórica; Homero também é radicalmente ambivalente quando fala sobre as guerras; e Tucídides, da mesma maneira, por meio de seu personagem favorito, Hermócrates, ecoa Píndaro, para quem “a guerra é doce para aqueles que não a experimentaram”. O autor afirma que os exércitos gregos funcionavam como “entidades políticas em miniatura” e a predominância deste modelo político é prova da importância das instituições civis e uma refutação da noção de que a guerra e a luta era “natural” para a sociedade grega (HORNBLLOWER, 2007, P. 30). Um outro ponto, para encerrarmos, é de que a literatura também precisa ser examinada com muito cuidado e sempre considerando detalhadamente o contexto de cada passagem, pois em muitos trechos retirados da literatura, apesar de apresentados de formas extremadas e impactantes, as guerras são, na verdade, o que os alemães chamam de *Kleinkrieg*, ataques à cidades ou vilas, incursões improvisadas ou respostas à invasão, não devendo ser utilizadas para evidenciar qualquer argumento de “naturalidade” da guerra (HORNBLLOWER, 2007, P. 44).

Considerações finais

Como vimos, há argumentos tanto a favor quanto contrários à idéia de que a guerra era algo “natural” para as sociedades da Antiguidade, especialmente entre gregos e romanos. Todavia, quando analisamos as reflexões produzidas sobre o tema, observamos que há uma concentração sobre a primeira tese apresentada. Temos muito mais obras em favor da idéia de que a guerra era algo “natural” para as sociedades antigas, por exemplo. A paz seria apenas uma “exceção”, um período de “espera” por novas fases belicosas. Também é importante ressaltar que esta idéia vigora há muito mais tempo na historiografia. O argumento oposto é novo, podemos recuar neste sentido aos anos 70 do século passado. Ou seja, foi só recentemente que os historiadores passaram a considerar as coisas sob esta perspectiva. As duas obras que mencionamos,

que estão entre as principais sustentadoras deste debate de oposição a esta interpretação da guerra como algo “natural”, por exemplo, só apareceram em 2007, ou seja, não tem mais que uma década, e ambas são de língua inglesa. O próprio Simon Hornblower, um dos maiores críticos da tese da “naturalidade” da guerra, se refere a ela como a “corrente ortodoxa da historiografia”.

O que temos percebido é que a maneira como o assunto aparece depende da época e do espaço mencionados, ou quais fontes são selecionadas, principalmente se estes vestígios foram elaborados em período de guerra ou não. Se o historiador decidir se concentrar em certos discursos (como Alvíto fez, isolando um fragmento específico de Heródoto), lhe parecerá que os antigos gostavam demasiadamente da guerra, eram afixionados por ela; ao contrário, se a preferência for por outros (como o fragmento de Políbio), será possível perceber os antigos tratando a guerra com temor, cuidado, respeito e também mostrando uma grande preocupação com a manutenção da paz, até mesmo diante da ameaça iminente de guerra (como o exemplo Assírio de Zainab Bahrani).

De nossa parte, tanto por nossas pesquisas com as fontes literárias, epigráficas, numismáticas e iconográficas oriundas da Antiguidade quanto pelo trabalho cotidiano com estes indícios do passado nas aulas de História Antiga, preferimos estas interpretações mais recentes, que tem tentado analisar o corpus documental a partir de uma perspectiva sistemática, não se concentrando em fragmentos isolados, retratando povos e períodos específicos; mas que consideram a diversidade e a complexidade das informações, obras que manifestam estas preocupações no próprio título, geralmente apresentando a guerra sempre acompanhada da paz. No entanto, é preciso também reconhecer que esta divergência sobre a “naturalidade” da guerra entre os Antigos tem suscitado posicionamentos conflituosos, gerando um debate cada vez mais crescente. Como estas críticas serão recebidas? para que idiomas serão traduzidas? Que diálogos elas suscitarão? como os historiadores as receberão, principalmente em língua francesa, para onde parecem estar direcionados os principais ataques? Assim, é necessária a participação dos historiadores que se interessam por esta temática no desenvolvimento de uma reflexão mais profunda e detalhada acerca de mais questões que possam lançar uma luz sobre esta problemática, por exemplo, verificando como esta discussão se aplica a mais povos da Antiguidade, não se restringindo apenas ao binômio Grécia e Roma, questionando a própria natureza das fontes utilizadas, bem como suas narrativas,

analisando como as interpretações sobre estas questões tem sido reconfiguradas por interesses e exigências do tempo presente, investigando também a recepção destes discursos na contemporaneidade, por exemplo, aqueles elaborados pela Tv, filmes, seriados etc, o que a historiografia brasileira acostumou-se a chamar de “usos do passado”: Como a guerra tem sido tratada nestes discursos? Quais os pontos são enfatizados? Que sociedades aparecem com mais frequência? Quais os motivos que levam estas produções a escolher esta ou aquela forma de representação? E, claro, para a discussão empreendida aqui, se isto tem interferido na forma como a historiografia vê as problemáticas relacionadas com a guerra na Antiguidade? Todas estas questões devem ser consideradas. Para isso, é preciso que os pesquisadores se detenham sobre elas de forma incisiva, sobretudo, a partir de projetos mais amplos, coletivos e interinstitucionais. Afinal de contas, a guerra, sendo “natural” ou não, é sem dúvida um fenômeno essencial para a compreensão das sociedades antigas.

Referências Bibliográficas

A) Documentação Mencionada

HAMILTON e FALCONER. *The Geography of Strabo*, vols. I-II. Livros I-XVII. Londres, G. Bell, 1903-1906

Heródoto. *Histórias – Livro I*. Tradução do grego de José Ribeiro Ferreira e Maria de Fátima Silva. Lisboa: Edições 70, 1994.

JONES, H. L. *The Geography of Strabo*, vols. I-VII. Livros I-XVII. Londres, Harvard University Press and Heinemann, Loeb Classical Library, 1912-1932.

POLÍBIO. *Historias*. seleção, tradução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1996.

TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

B) Obras Gerais

ALVITO, Marcos. **A Guerra na Grécia Antiga**. São Paulo. 1. ed. São Paulo: Ática, 1988.

ARRAIS, Nely Feitoza. **Os feitos militares nas biografias do reino novo: ideologia militarista e identidade social sob a XVIIIª dinastia do Egito Antigo. 1550 – 1295 a. C.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

BAHRANI, Zainab. *Rituals of War- The Body and Violence in Mesopotamia*. New York: Zone Books, 2008. (p. 159-182).

BONDIOLI, Nelson. Celts and Celtic as valid as labels for the British and Continental Iron Ages? *Revista Roda da Fortuna*, v. 2, p. 29-42, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Trabalho Compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FINLEY, M.I. War and empire. In: **Ancient history-** Evidence and models. Londres, Chatoo & Windus, 1985. p. 67-87.

GARLAN, Yvon. O homem e a guerra. In: **O homem grego**. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p. 47-74.

GOLDSWORTHY, Adrian. **Generais romanos-** os homens que construíram o Império Romano, Lisboa, 2007.

GRILLO, José Geraldo Costa; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A historiografia sobre a guerra na Grécia Antiga: dos “relatos-batalha” à abordagem histórico-cultural. **História da Historiografia**, Ouro Preto, N. 05, p. 14-20, Setembro. 2010.

GUARINELLO, N. L.. **A Cidade na Antiguidade Clássica**. 1. ed. São Paulo: Saraiva/Atual, 2006. v. 1. 48 p.

GUARINELLO, N. L.. A escravidão e a cidade-estado-antiga. In: Ruy de Oliveira Andrade Silva. (Org.). **Relações de Poder, Educação e Cultura na Antiguidade e Idade Média**. 1 ed. Sanatna de Parnaíba: Solis, 2005, v. 1, p. 141-146.

GUARINELLO, N. L.. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: Pinsky, Jaime. (Org.). **História da Cidadania**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2003, v., p. 29-47

GUARINELLO, N. L.. Comentário sobre A Cidade Antiga. In: Margarida Maria de Carvalho; Maria Aparecida Lopes; Susani Silveira França. (Org.). **As Cidades no Tempo**. 1 ed. São Paulo/Franca: UNESP/Olho d'Água, 2005, v. 1, p. 125-128

GUARINELLO, N. L.. Modelos Teóricos sobre a cidade no Mediterrâneo Antigo. In: Maria Beatriz Borba Florenzano; Elaine Veloso Hirata. (Org.). **Estudos Sobre a Cidade Antiga**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2009, v. 1, p. 109-120.

HANS VAN WEES. War and Society. IN: SABIN, P.; VAN WEES, H.; WHITBY, M. (ed). **The Cambridge history of Greek and Roman warfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 273-299

HANSEN, Mogens Herman. **Polis-** An introduction to the Ancient Greek City-State. Oxford, 2006.

HANSON, Victor Davis. The modern historiography of ancient warfare. In: SABIN, P.; VAN WEES, H.; WHITBY, M. (ed). **The Cambridge history of Greek and Roman warfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 273-299.

HORNBLOWER, Simon. Warfare in ancient literature: the paradox of war. In: SABIN, P.; VAN WEES, H.; WHITBY, M. (ed). **The Cambridge history of Greek and Roman warfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 22-53.

LONDON, J.E. war and society. In: SABIN, P.; VAN WEES, H.; WHITBY, M. (ed). **The Cambridge history of Greek and Roman warfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LÉVÊQUE, Pierre. **As primeiras civilizações: A Mesopotâmia/Os Hititas**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LOPRIENO, Antonio. Slavery and Servitude. UCLA – **Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles, v. 1, November, p. 1-19, 2012.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Some observations on causes of war in ancient historiography. In: _____. **Studies in Historiography**. London, 1966. p. 112-125.

PEIXOTO, Raul Vitor Rodrigues. **As obras de Polieno e Frontino: Proposta de uma Tipologia dos Manuais Militares Romanos no Principado**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

POWELL, T.G.E. **Os Celtas**. Lisboa: Verbo, 1965.

RAAFLAUB, KURT A. **War and peace in the ancient world**. Blackwell, 2007.

SANTOS, Dominique. Forma e Narrativa- Uma reflexao sobre a problemática das periodizações para a escrita de uma história dos Celtas. **Nearco**, Rio de Janeiro, v. vi, p. 203-228, 2013

SPALINGER, Anthony J. Military Institutions and Warfare: Pharaonic. In: LLOYD, Alan B.. (ed). **A Companion to Ancient Egypt (Vol. I)**, Chichester/Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2010.

SPALINGER, Anthony J. **War in Ancient Egypt**. Malden, MA: Blackwell, 2005.

VERNANT, J.-P. **Introduction.** Problèmes de la guerre en Grèce Ancienne. Paris: EHESS-SEUIL, 1999. p. 11-38

VLASSOPOULOS, Kostas. **Unthinking the Greek Polis-** Ancient Greek History beyond Eurocentrism. Cambridge, 2007.